

EDUCAÇÃO

ENQUANTO FENÔMENO SOCIAL:

Currículo, políticas e práticas 3



Américo Junior Nunes da Silva

(Organizador)

EDUCAÇÃO

ENQUANTO FENÔMENO SOCIAL:

Currículo, políticas e práticas 3



Américo Junior Nunes da Silva

(Organizador)

Editora chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Editora executiva

Natalia Oliveira

Assistente editorial

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto gráfico

Bruno Oliveira

Camila Alves de Cremo

Daphynny Pamplona

Luiza Alves Batista

Natália Sandrini de Azevedo

Imagens da capa

iStock

Edição de arte

Luiza Alves Batista

2022 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do texto © 2022 Os autores

Copyright da edição © 2022 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial**Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí

Prof. Dr. Alexandre de Freitas Carneiro – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Profª Drª Ana Maria Aguiar Frias – Universidade de Évora

Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa



Prof. Dr. Antonio Carlos da Silva – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Prof^ª Dr^ª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof^ª Dr^ª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná
Prof^ª Dr^ª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadilson Marinho da Silva – Secretaria de Educação de Pernambuco
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Prof^ª Dr^ª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal do Paraná
Prof^ª Dr^ª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof^ª Dr^ª Lucicleia Barreto Queiroz – Universidade Federal do Acre
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Universidade do Estado de Minas Gerais
Prof^ª Dr^ª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof^ª Dr^ª Marianne Sousa Barbosa – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Prof^ª Dr^ª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso
Prof. Dr. Pedro Henrique Máximo Pereira – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
Prof^ª Dr^ª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^ª Dr^ª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof^ª Dr^ª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof^ª Dr^ª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins



Educação enquanto fenômeno social: currículo, políticas e práticas 3

Diagramação: Camila Alves de Cremo
Correção: Maiara Ferreira
Indexação: Amanda Kelly da Costa Veiga
Revisão: Os autores
Organizador: Américo Junior Nunes da Silva

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

E24 Educação enquanto fenômeno social: currículo, políticas e práticas 3 / Organizador Américo Junior Nunes da Silva. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2022.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-258-0483-5

DOI: <https://doi.org/10.22533/at.ed.835221309>

1. Educação. 2. Ciências humanas. I. Silva, Américo Junior Nunes da (Organizador). II. Título.

CDD 370

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br



Atena
Editora
Ano 2022

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.



DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access*, *desta forma* não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.



APRESENTAÇÃO

Neste livro, intitulado de **“Educação enquanto Fenômeno Social: Currículo, Políticas e Práticas”**, reúnem-se estudos dos mais diversos campos do conhecimento, que se complementam e articulam, constituindo-se enquanto discussões que buscam respostas e ampliado olhar acerca dos diversos problemas que circundam o processo educacional na contemporaneidade, ainda em um cenário de pós-pandemia.

O período pandêmico, como destacou Cara (2020), escancarou e asseverou desigualdades. Nesse movimento de retomada das atividades presencialmente, o papel de “agente social” desempenhado ao longo do tempo pela Educação passa a ser primordial para o entendimento e enfrentamentos dessa nova realidade. Não se pode resumir a função da Educação apenas a transmissão dos “conhecimentos estruturados e acumulados no tempo”. Para além de formar os sujeitos para “ler e escrever, interpretar, contar e ter noção de grandeza” é papel da escola, enquanto instituição, atentar-se as inquietudes e desafios postos a sociedade, mediante as incontáveis mudanças sociais e culturais (GATTI, 2016, p. 37).

Destarte, os artigos que compõem essa obra são oriundos das vivências dos autores(as), estudantes, professores(as), pesquisadores(as), especialistas, mestres(as) e/ou doutores(as), e que ao longo de suas práticas pedagógicas, num olhar atento para as problemáticas observadas no contexto educacional, buscam apontar caminhos, possibilidades e/ou soluções para esses entraves.

Partindo do aqui exposto, desejamos a todos e a todas uma boa, provocativa e formativa leitura!

Américo Junior Nunes da Silva

REFERÊNCIAS

CARA, Daniel. **Palestra online promovida pela Universidade Federal da Bahia, na mesa de abertura intitulada “Educação: desafios do nosso tempo” do evento Congresso Virtual UFBA 2020**. Disponível em: link: <https://www.youtube.com/watch?v=6w0vELx0EvE>. Acesso em abril 2022.

GATTI, B. A. Questões: professores, escolas e contemporaneidade. In: Marli André (org.). **Práticas Inovadoras na Formação de Professores**. 1ed. Campinas, SP: Papirus, 2016, p. 35-48.

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1..... 1

MULHERES NA DOCÊNCIA: GRITOS PARA ALÉM DOS MUROS DA ESCOLA

Raquel Lima Besnosik

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.8352213091>

CAPÍTULO 2..... 9

MODOS DE PENSAR O CORPO/SAÚDE: PROBLEMATIZAÇÕES EM TEMPOS PANDÊMICOS

Andreza de Leon Manske

Bárbara Hees Garré

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.8352213092>

CAPÍTULO 3..... 22

O ECOFEMINISMO EM DEBATE: TEORIAS, AÇÃO POLÍTICA E EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Bruna Gabriela Bondioli Possebon

Roger Domenech Colacios

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.8352213093>

CAPÍTULO 4..... 35

SÃO GONÇALO DO SAPUCAY-MG: E SEUS ESTABELECIMENTOS PARTICULARES DE INSTRUÇÃO FEMININA (1872-1877)

Hércules Alfredo Batista Alves

Filipe Augusto Souza Pereira Oliveira

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.8352213094>

CAPÍTULO 5..... 46

O USO DE METODOLOGIAS ATIVAS NA EDUCAÇÃO BÁSICA: NOVAS POSSIBILIDADES

Cristhiane Sanguedo

Bruna Soares de Souza Lima Rodrigues

Lúcia Meirelles Lobão

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.8352213095>

CAPÍTULO 6..... 57

FORMAÇÃO CONTINUADA DE DOCENTES DOS 4º. E 5º. ANOS: RESULTADOS DE UMA PESQUISA DIAGNÓSTICA E COLABORATIVA

Dayse Grassi Bernardon

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.8352213096>

CAPÍTULO 7..... 67

OS DESAFIOS DA LEITURA NA EJA: DO BREVE PANORAMA DA ALFABETIZAÇÃO À SALA DE AULA E A PROPOSTA DIALÓGICA DE FREIRE

Ednilce Oliveira da Paixão Moreira

Irami Santos Lopes
Nara Barreto Santos
Rosemary Lapa de Oliveira
Yara da Paixão Ferreira

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.8352213097>

CAPÍTULO 8..... 79

O USO DO HIPERTEXTO COMO RECURSO DIDÁTICO DURANTE A PANDEMIA DO COVID-19

Israel Cândido da Silva
Marcelo Rodrigues de Moraes
Simone Ferreira
Eromi Izabel Hummel

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.8352213098>

CAPÍTULO 9..... 97

O MUSEU MUNICIPAL PARQUE DA BARONESA COMO UM ESPAÇO DE ENSINO PARA A CONSTRUÇÃO DE NARRATIVAS, CONTRA NARRATIVAS E IDENTIDADES

Nathalia Vieira Ribeiro
Rheuren da Silva Lourenço
Micaelen Vieira da Silva

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.8352213099>

CAPÍTULO 10..... 106

PERSPECTIVAS NEGRAS NOS QUADRINHOS DE MAURICIO DE SOUSA: POSSIBILIDADES AO PROCESSO DE ENSINO E ESCOLARIZAÇÃO

Dilson Cesar Leal Ribeiro
Rosemar Eurico Coenga

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.83522130910>

CAPÍTULO 11..... 114

REFLEXÕES SOBRE OS IMPACTOS DA PANDEMIA DA COVID-19 NA SOCIALIZAÇÃO E HÁBITOS DE VIDA DOS ADOLESCENTES

Amanda Maria Batista Meneghini
Marla Ariana Silva
Ariane Rodrigues Guimarães de Oliveira
Letícia Alves
Thays Cristina Pereira Barbosa
Lorena Queiroz Rachid
Luciana Helena da Silva Nicoli
Marlon Willian da Silva
Andressa Castanheira Barcelos
Regina Consolação dos Santos
Patrícia Peres de Oliveira
Thalyta Cristina Mansano Schlosser

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.83522130911>

CAPÍTULO 12..... 125

PLANEJAMENTO EDUCACIONAL A SERVIÇO DA CIDADANIA

Adelcio Machado dos Santos
Rita Marcia Twardowski
Audete Alves dos Santos Caetano
Danielle Martins Leffer
Alisson André Escher

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.83522130912>

CAPÍTULO 13..... 132

REFLEXÃO SOBRE PAPÉIS DO DOCENTE DE DIREITO NA FORMAÇÃO DOS ALUNOS NO ITINERÁRIO DE FORMAÇÃO TÉCNICA E PROFISSIONALIZANTE DO ENSINO MÉDIO

Wisllen Ezequiel Conceição Cunha

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.83522130913>

CAPÍTULO 14..... 142

RELAÇÃO ENTRE AS HABILIDADES MATEMÁTICAS E LEITURA EM ESCOLARES COM DISLEXIA

Giseli Donadon Germano
Rita dos Santos de Carvalho Picinini
Silvia Cristina de Freitas Feldberg
Simone Aparecida Capellini

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.83522130914>

CAPÍTULO 15..... 151

LUDICIDADE E EDUCAÇÃO: DESAFIOS E PERSPECTIVAS NO ENSINO FUNDAMENTAL

Suylene Tatiany do Nascimento Silva
Kadydja Karla Nascimento Chagas
Jizabely de Araujo Atanasio

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.83522130915>

CAPÍTULO 16..... 178

TICS NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES EM TEMPOS DE PANDEMIA: REVISÃO SISTEMÁTICA

Marley Souza de Moraes Lima

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.83522130916>

CAPÍTULO 17..... 185

OLIMPÍADAS DE CIÊNCIAS: *GAME-OVER* PARA A DIFICULDADE DE APRENDIZADO DURANTE O ENSINO REMOTO

Betânia Mendes de Moura
Amanda Macedo da Costa Lima
Ellen Pereira de Oliveira
Luana Santana de Almeida

Lucélia Sandra Silva Barbosa Braga

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.83522130917>

CAPÍTULO 18..... 192

UM CONVITE AO DIÁLOGO SOBRE EDUCAÇÃO EM TEMPOS DE PANDEMIA

Fabiane Rodrigues dos Santos

Elaine Conte

Marliese Christine Simador Godoflite

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.83522130918>

CAPÍTULO 19..... 194

TAYRÓ - ALUNI-ELA: INVESTIGANDO AS(DES)ARTICULAÇÕES EPISTEMOLÓGICAS EM PROCESSOS DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES INDÍGENAS NO ESTADO DO AMAZONAS NO NORTE DO BRASIL

João Beneilson Maia Gatinho

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.83522130919>

CAPÍTULO 20..... 203

PROBLEMAS E PERSPECTIVAS NA APRENDIZAGEM DE MATEMÁTICA COM O JOGO “BRINCANDO COM AS INEQUAÇÕES”: EDUCAÇÃO NÃO FORMAL

Carla Emília Staback

Denis Rogério Sanches Alves

Roberta Chiesa Bartelmebs

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.83522130920>

SOBRE O ORGANIZADOR..... 223

ÍNDICE REMISSIVO..... 224

CAPÍTULO 3

O ECOFEMINISMO EM DEBATE: TEORIAS, AÇÃO POLÍTICA E EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Data de aceite: 01/09/2022

Data de submissão: 19/07/2022

Bruna Gabriela Bondioli Possebon

0000-0002-2883-7473

Roger Domenech Colacios

0000-0003-2261-3695

RESUMO: Esta pesquisa teve como objetivo analisar, em um aspecto global, os impactos trazidos pelo Ecofeminismo no período de 2015 a 2020. Para tal, foram realizados levantamentos bibliográficos sobre as produções acadêmicas elaboradas durante este intervalo, assim como a procura por ações praticadas por grupos ecofeministas no âmbito da defesa do mundo natural e Educação Ambiental (EA). As informações relevantes ao projeto foram obtidas por meio das plataformas online de pesquisa e também por bibliografias físicas. Dessa forma, foram feitas associações entre a esfera da EA e essa vertente feminista, em busca de relações vantajosas para ambas. Além disso, cinco artigos serão explorados de forma mais criteriosa, a fim de expandir as principais ideias ecofeministas.

PALAVRAS-CHAVE: Ecofeminismo. educação ambiental. ecologia política. estado da arte.

ECOFEMINISM UNDER DEBATE: THEORIES, POLITICAL ACTION AND ENVIRONMENTAL EDUCATION

ABSTRACT: This research aimed to analyze, in a global aspect, the impacts brought by

Ecofeminism in the period from 2015 to 2020. To this end, bibliographical surveys were conducted on the academic productions produced during this interval, as well as the search for actions practiced by ecofeminist groups in the field of defense of the natural world and Environmental Education (EE). Information relevant to the project was obtained through online research platforms and also through physical bibliographies. In this way, associations were made between the sphere of EE and this feminist strand, in search of win-win relationships. In addition, five articles will be explored more thoroughly in order to expand on the main ecofeminist ideas.

KEYWORDS: Ecofeminism. environmental education. political ecology. state of the art.

1 | INTRODUÇÃO

A pesquisa teve como objetivo analisar o estado da arte do Ecofeminismo em um âmbito global durante o período de 2015 a 2020. O estudo buscou demonstrar as principais contribuições e desafios desse movimento social junto ao meio ambiente. A periodização se justifica pela relevância do ano de 2015 entre o movimento ambiental com os debates em torno do Acordo de Paris sobre as mudanças climáticas, e o protagonismo feminino posterior, reconhecido pela ONU, em encontros de cúpula.

O meio ambiente pode ser interpretado como um local em que se ocorre relações dinâmicas e constantes entre as vertentes naturais e sociais (REIGOTA, 2012). Ou seja,

todo local que apresenta essas conexões diversas entre os recursos naturais e os seres vivos, pode ser considerado meio ambiente. Os grandes impactos ambientais começam a ser percebidos após as mudanças causadas pela Revolução Industrial no século XIX. A evolução da manufatura para a maquinofatura, o ser humano tornou-se capaz de alterar o meio ambiente de forma muito mais intensa e, também, causar novos impactos relacionados à poluição.

Os movimentos sociais que lutam pela defesa da natureza têm, com o passar dos anos, se tornado cada vez mais relevantes. A busca por diversas formas de consumo consciente, alternativas aos métodos de obtenção de energia menos poluentes, ou até processos de produção que tenham um impacto menor na biodiversidade, entre outras pautas, são vários exemplos de pequenas políticas que visam mudanças na estruturação da sociedade capitalista atual que utiliza o mundo natural de forma exacerbada e, até mesmo, inconsequente. Tal movimentação surgiu após os acontecimentos da Segunda Guerra Mundial, aumentando a atenção da sociedade com a poluição causada pela radiação das armas nucleares.

Por conta disso, discussões no âmbito político levaram à organização de um grupo de cientistas com o objetivo de pesquisar os limites da biosfera, conhecido como Clube de Roma. Esse grupo, reunido em 1968, apresentou como resultado a necessidade de se buscar outros métodos de conservação dos recursos naturais e também um controle sobre o crescimento da população (REIGOTA, 2012). Alguns anos depois, em 1972, após as discussões do Clube Roma serem difundidas mundialmente, a Organização das Nações Unidas (ONU) realizou a Primeira Conferência Mundial de Meio Ambiente Humano. O foco desta conferência foram os índices de poluição apresentados pela industrialização.

Atualmente, endossado pelo último relatório do IPCC¹, a situação do meio ambiente é crítica. Entre os pontos elencados pelo estudo, estão presentes a diminuição na extensão do gelo no Oceano Ártico, a redução do índice global da vida no planeta e o aumento nas tendências em números de perdas relacionadas a desastres ambientais. Apesar dos fatores indicarem que há uma degradação cada vez maior e contínua dos recursos naturais presentes no planeta, uma matéria no Jornal da USP demonstra uma visão otimista contida no relatório:

No final do relatório, a Organização das Nações Unidas indica a integração entre os setores de elaboração de políticas, incluindo agricultura, turismo, indústria, transporte e outros, além de investimento em estudos e sistemas de conhecimento (dados, indicadores, avaliações etc.) para possibilitar medidas mais efetivas e que possam ser aplicadas em mais lugares. Tais ações, certamente, demandariam mudanças nas preferências de consumo e responsabilidade corporativa, mostrando que as saídas existem. E que levarão, além da salvação dos ecossistemas, à promoção da saúde humana e sua prosperidade. (YAMASAKI, 2019, s/p.)

1 Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas.

Por conta das adversidades enfrentadas pelo meio ambiente no âmbito global, é compreensível a constante, e emergente, preocupação com o bem estar do planeta. Consequências disso são, como já anunciadas anteriormente, organizações de cunho sociais visando mudanças nas políticas mundiais relacionadas ao meio ambiente. Uma amostra desse tipo de movimentação que é bastante conhecida e comum são as Organizações Não-Governamentais (ONGs), que reúnem diversos atores sociais com um mesmo propósito. Um exemplo de ONG relacionado à preservação da natureza é o Greenpeace, que luta pela proteção do planeta e justiça ambiental.

Apresentamos, também, o conceito do ecofeminismo. Apesar de não ser uma corrente teórica feminista considerada socialista, o ecofeminismo concorda com a forma em que a economia é apresentada pelo marxismo. Segundo Gandhi (2018, p. 61): “As ecofeministas reconhecem que as feministas socialistas enfatizam corretamente os aspectos econômicos e de classes da opressão que pesa sobre as mulheres, mas as criticam por ignorar a questão da natureza.”. Nota-se que ambas concordam compartilham a crítica contra a sociedade capitalista, e que é ela a raiz da dominação sobre mulheres e o meio ambiente.

O termo ecofeminismo foi primeiramente utilizado pela feminista francesa Françoise d'Eaubonne em um artigo publicado em 1974, argumentando sobre um problema ecológico, a superpopulação. d'Eaubonne afirmou que tal situação era decorrente da sociedade patriarcal que impedia as mulheres de decidirem por si próprias se teriam o desejo de terem filhos ou não. Essa ideia inicial foi logo enfraquecida, porém novos tipos de repercussão vieram a partir do uso desse termo (PULEO, 2017).

Desde a década de 70 até os momentos atuais têm sido produzidos diversos materiais sobre o assunto. O enfoque principal contido neste termo é o da interconexão entre a dominação da natureza e a dominação das mulheres (SILIPRANDI, 2000). Podemos verificar similaridades entre a forma com que os seres humanos exploram e controlam a natureza sem grandes preocupações com as consequências de seu abuso com a conjuntura patriarcal que oprime mulheres. Do ponto de vista do Ecofeminismo:

[...] o pensamento ocidental identifica, do ponto de vista político, a mulher com a Natureza e o homem com a cultura, sendo a cultura (no pensamento ocidental) superior à Natureza; a cultura é uma forma de “dominar” a Natureza; daí decorre a visão (do Ecofeminismo) de que as mulheres teriam especial interesse em acabar com a dominação da Natureza, porque a sociedade sem exploração da Natureza seria uma condição para a libertação da mulher. (SILIPRANDI, 2000, p. 63).

O ecofeminismo é um movimento plural. De acordo com Gandhi (2018), existem diferentes correntes presentes no interior dessa teoria, tais como: espiritualismo, ecofeminismo mundano, social-construtivista e transformativo. As ecofeministas espiritualistas consideram o seu espiritualismo como o enfoque principal, enquanto as mundanas creem em uma intervenção ativa para impedir as práticas destrutivas. Na social-

construtivista, a conexão mulher-natureza não é aceita, visto que tal conexão é construída socialmente, portanto o papel natural da mulher como a gravidez e a vida, e o do homem como portador da cultura devem ser desconstruídos em busca de uma unidade no papel de ambos. Já as transformativas acreditam que mulheres pelo mundo têm suas situações particulares similares o suficiente para juntarem-se na luta contra o patriarcado capitalista e que têm um papel essencial na vanguarda da luta ecológica (GANDHI, 2018).

O ecofeminismo, em suma, busca trazer as mulheres em um papel de maior protagonismo para as discussões relacionadas aos problemas ambientais. Uma das grandes contribuições desse movimento é ao chamar atenção para aspectos não tão relevantes anteriormente, tais como o impacto que certas atividades econômicas têm nas condições de vida e trabalho das mulheres e outras populações, tais como as indígenas. O ecofeminismo ajuda a questionar segmentos que não são considerados tão economicamente relevantes e ao fazer isso, quebra padrões que antes estavam fixos em critérios como produtividade, renda e as formas de produção (SILIPRANDRI, 2000).

Dessa forma, percebendo a tamanha amplitude em trabalhos e vertentes dentro do ecofeminismo, a pesquisa teve como objetivo averiguar as contribuições mais recentes dessa corrente teórica, a fim de analisar os impactos causados dentro de um aspecto global. Além disso, por meio de pesquisas bibliográficas, foi verificado qual o papel preenchido pelo ecofeminismo na questão da educação ambiental. Lucien Sauv , pesquisadora canadense, lista o ecofeminismo como uma das vertentes teóricas da Educa o Ambiental, especialmente de viés crítico, ou seja, que se propõe a lutar pela mudança profunda da sociedade em sua rela o com o meio ambiente e a natureza. De forma geral, será posto em evidência o protagonismo feminino na luta pela preserva o da natureza, assim como elencar seus méritos ao se destacarem em meio a uma sociedade capitalista patriarcal, uma vez que lutam de forma firme, contra as adversidades propostas por esse modelo social.

2 | OBJETIVOS

2.1 Objetivo Geral

- Pesquisar o estado da arte em ecofeminismo no âmbito global de 2015 a 2020.

2.2 Objetivos Específicos

- Refletir sobre o ecofeminismo e a educa o ambiental;
- Explicar a rela o Mulher-Natureza;
- Compreender o ecofeminismo e a Ecologia Política.

3 | DESENVOLVIMENTO

O arquivo da Qualis Periódicos de 2017-2018, publicado em 2019, foi utilizado para realizar um levantamento das principais revistas científicas que se aproximam do tema de pesquisa. Cento e cinco revistas cujos títulos continham as palavras-chave “meio ambiente”; “natureza”; “nature”; “environment/al”; “feminista” e “feminist” foram analisados. Além disso, mais trinta e quatro revistas foram encontradas após uma pesquisa na plataforma Google Acadêmico em busca das palavras-chave “ecofeminismo” e “ecofeminism”.

Mais a fundo, cada volume passou por uma análise, com atenção ao intervalo de interesse 2015 – 2020, procurando produções com palavras-chave “ecofeminismo” e “ecofeminism”. Almejando um cenário de pesquisa mais abrangente, também foram utilizadas “feminismo”; “feminism”; “gênero”; “gender”; “mulher/es” e “Woman/en” em revistas que tratavam sobre questões ambientais e também “meio ambiente”; “natureza”; “environment/al” e “nature” quando encontradas revistas feministas.

Buscando trazer aproximações entre a Educação Ambiental e o ecofeminismo, o artigo canadense *“Environmental Education and Ecofeminist Pedagogy: Bridging the Environmental and the Social”* — escrito por Lara Harvester, Sean Blenkinsop e Simon Fraser — foi lido e fichado pelo método da transcrição. O fichamento de transcrição consiste em se destacar uma citação direta do texto estudado, sendo também referenciado pelas normas da ABNT e com a descrição de seu tema ao lado. A partir disso, foi elaborado um texto síntese contendo os conceitos presentes no artigo.

Por fim, também foram analisados outros dois artigos a fim de explorar mais aprofundadamente os conceitos a respeito do ecofeminismo e a conexão mulher-natureza. Para tal, foi estudado os artigos *“What is Ecofeminism?”* de Alicia Puleo e *“Mulheres e ecofeminismo: Uma abordagem voltada ao desenvolvimento sustentável”* por Rosângela Angelin e estruturado um texto síntese.

4 | RESULTADOS

Dessa forma, foram identificadas cem produções relacionadas ao tema, destacando-se que quarenta e oito tinham o foco direcionado para a relação mulher-natureza, mas não se autodenominando trabalhos ecofeministas. Tais obras não foram descartadas pois considerou-se relevantes as informações tratadas pelos artigos e que, também, podem ser analisadas por um viés pertencente ao ecofeminismo. As outras cinquenta e duas produções continham uma amplitude de temas, mas ressalta-se que a maior parte abrangia estudos teóricos, com diálogos desde experiências práticas de ecofeminismo, como ecovilas (FLORES; TREVIZAN, 2015), até com questões filosóficas, tal qual as estudadas por Martin Heidegger (GLAZEBROOK, 2019).

Em Blenkinsop, Fraser e Harvester (2010) são examinados componentes que possam fazer parte de uma pedagogia ecofeminista, focando em três áreas que possibilitam

mudanças para a Educação Ambiental, consistindo em estrutura, relacionamentos e prática. Um formato exposto pelo artigo seria a criação de uma vila de aprendizado ecofeminista, onde seriam desconstruídos os padrões tradicionais de hierarquias e pedagogias vigentes, uma vez que eles frequentemente mantêm a lógica de dominação — algo incompatível com o ecofeminismo — e também apontam outros caminhos para se distanciar dos métodos tradicionais de educação.

5 | DISCUSSÃO

5.1 Ecofeminismo e Ecologia Política

De acordo com Schinke (2011), existem três grandes paradigmas que fundamentam a Ecologia Política, sendo eles: um novo posicionamento do ser humano no mundo; uma nova abordagem científica e filosófica e uma nova visão de desenvolvimento material e social. Tais paradigmas se desmembram em tópicos com características mais específicas.

Um ponto fundamental é a necessidade de apartar o antropocentrismo e trazer em foco o biocentrismo. Além disso, forma-se uma ética ecológica, na qual a vida vem em primeiro lugar. Ademais, é imprescindível uma visão atenta para o futuro, lembrando que cada pessoa tem um compromisso com a natureza e o destino da humanidade. Em relação ao segundo paradigma, Schinke (2011) prega uma liderança governamental descentralizada com foco na autonomia local e democracia direta. Outrossim, o pensamento ecológico deve ir na contramão dos modelos de educação atuais, seguindo em busca de uma nova pedagogia revolucionária que trate com mais afinco as questões ambientais. Já no terceiro paradigma, é incabível que se permaneça no atual sistema econômico, o capitalismo. Não há como existir um consumo — e possivelmente um desenvolvimento também — sustentável no capitalismo. Por fim, Schinke (2011) aponta a “pegada ecológica”, na qual há “comparação de consumo energético de consumo e de bens materiais (1 norte-americano = 10 brasileiros, por exemplo), o que provoca o surgimento de conceitos e estudos incorporando os CUSTOS AMBIENTAIS no valor dos produtos, ainda que não ‘ecológicos’ em sua grande maioria, porém válidos no contexto atual.” (SCHINKE, 2011, p. 35).

Dentre as características destacadas, é possível traçar aproximações entre os âmbitos da Ecologia Política e do ecofeminismo. Primeiramente, é impossível a causa ecofeminista se apoiar nos pilares do antropocentrismo e conseqüentemente do patriarcado. Tais sistemas são fundamentações não só da dominação e exploração da natureza, mas também das mulheres. Em seguida, o cuidado com a vida é, da mesma forma, uma aproximação entre ambas. Para o ecofeminismo, cuidar da vida humana, não-humana e do ecossistema em si é uma obrigatoriedade. Além disso, algumas vertentes do ecofeminismo — como a defendida por Vandana Shiva e Maria Mies — pregam a necessidade de uma transformação radical na sociedade para que o mundo possa se recuperar de toda sua

exploração, visando o retorno de uma agricultura de subsistência.

Outra característica similar é em relação à educação. No tópico seguinte é explorado de forma mais ampla as aproximações entre o ecofeminismo e a educação ambiental, porém já se destaca que a teoria ecofeminista pode ser utilizada como parte de uma educação transformadora, atuando na denominada pedagogia ecofeminista. Finalmente, pode-se considerar que o principal e maior causador da opressão vivenciada pelas mulheres e meio ambiente é o sistema capitalista patriarcal. Diversas vertentes ecofeministas concordam que esse modelo auxilia na manutenção das desigualdades sociais, sendo um exemplo prático disso a má distribuição de renda.

5.2 Ecofeminismo e Educação Ambiental

A fim de elucidar as aproximações presentes entre o ecofeminismo e a educação ambiental, foi analisado o artigo *“Environmental Education and Ecofeminist Pedagogy: Bridging the Environmental and the Social”* escrito por Lara Harvester, Sean Blenkinsop e Simon Fraser. Os autores pretenderam explorar essa relação por meio de uma pedagogia ecofeminista, buscando focar em três diferentes áreas passíveis de serem reestruturadas na educação ambiental, sendo eles os seus relacionamentos, estrutura e prática.

Os autores apresentam, citando Jeff Gore, que a pedagogia é a encenação das relações de poder. Ao mesmo tempo, um dos fundamentos ecofeministas consiste justamente no fato de que caso se desejasse comportar de maneira mais lógica e delicada com a natureza, seria necessário superar o caráter já difundido da inevitabilidade de dominação. Harvester, Blenkinsop e Fraser (2010) apontam que uma pedagogia ecofeminista seria capaz de desconstruir formatos tradicionais de educação, pedagogias e hierarquias presentes nas salas de aula que reproduzem as formas de dominação.

Na pedagogia ecofeminista há uma grande ênfase no diálogo como sendo capaz de produzir novos relacionamentos entre os próprios seres humanos e seres humanos com não-humanos, também denominados de natureza mais-que-humana (HARVESTER; BLENKINSOP; FRASER, 2010). No tocante em que os autores expressam a necessidade de uma mudança nos relacionamentos atuais entre, por exemplo, professor-aluno ou outro dualismo similar, considera-se que tais relacionamentos devem estar fundamentados no reconhecimento da interdependência humana com um ao outro e também com a natureza. Harvester, Blenkinsop e Fraser (2010) trazem como sugestão que se dismantelar do discurso patriarcal torna o ser humano mais passível de escuta, tornando possível ouvir vozes e histórias que antes estavam encobertas pelo patriarcado.

Dessa forma, afirma-se que a pedagogia ecofeminista implica em uma mudança radical nos modelos de educação, visando um vínculo infinitamente mais dialógico, no qual os seres humanos, comunidade e os mais-que-humanos poderão se relacionar de forma mais harmoniosa e respeitosa (HARVESTER; BLENKINSOP; FRASER, 2010). Seria preciso, também, uma expansão no ambiente educativo, promovendo a vivência dos alunos

ao ar livre e em contato com a natureza. Somente uma mudança no local de ensino e no relacionamento entre professor-aluno, já seria capaz de tornar o mundo natural como um “co-professor”, tendo em vista que ele também estaria presente de forma ativa no processo de ensino-aprendizagem. Desta maneira, o diálogo autêntico, uma educação experimental e a postura de uma filosofia crítica são alguns elementos dessa pedagogia ecofeminista.

Adiante, Harvester, Blenkinsop e Fraser (2010) apresentam uma oportunidade prática de ver essa pedagogia em ação. Expõem a ideia de uma vila de aprendizado, na qual seria possível obter resultados acerca do processo de ensino-aprendizagem proposto sem a interferência da Escola, por exemplo. Para os autores, até mesmo os materiais utilizados na estrutura das edificações seriam de recursos e locais sustentáveis ecologicamente e a mão de obra teria condições totalmente apropriadas de trabalho. Os aprendizes — ou alunos — também participariam do processo de construção, até mesmo com um currículo adequado para esse tipo de atividade. Todo o andamento das construções seguiriam um design ecológico. De acordo com Harvester, Blenkinsop e Fraser (2010), a pedagogia ecofeminista dentro da vila de aprendizado criaria relacionamentos baseados principalmente no respeito e interdependência, com a possibilidade de todos serem responsáveis pelo cuidado de outros animais também. Os autores enfatizam que esse “diálogo” com os outros seres seria uma parte extremamente relevante da experiência de aprendizado na vila.

Nota-se que apesar de otimista, a perspectiva de uma vila de aprendizagem ecofeminista é um ideal utópico. Harvester, Blenkinsop e Fraser (2010) não apresentam maneiras de efetivamente trazer essa vila para o mundo material. Pode-se considerar que seria necessário um grande investimento privado ou uma mudança radical nos meios governamentais para que essa ideia pudesse tornar-se realidade. Julga-se importante, portanto, trabalhar com pequenas políticas que possam acarretar em grandes mudanças. Um professor(a), por exemplo, caso utilizasse essa vertente pedagógica poderia se dedicar para trazer novos estilos de relacionamentos com seus alunos, apresentar outras questões relacionadas à educação ambiental ou promover o respeito com a vida animal e natural.

5.3 What is Ecofeminism? por Alicia Puleo

A autora ecofeminista Alicia Puleo² publicou, em 2017, um artigo que apresenta características iniciais relacionadas ao ecofeminismo e, posteriormente, a sua vertente denominada de ecofeminismo crítico. Inicialmente, Puleo (2017) assegura que o ecofeminismo seria uma aproximação entre a ecologia e o movimento feminista e que atualmente essa corrente tem se tornado mais relevante, deixando para trás o tempo em que era incompreendido ou talvez pouco conhecido.

Puleo também traz críticas acerca da crença de que todas as vertentes ecofeministas justificam a relação mulher-natureza por meio de aspectos biológicos. Ela aponta que historicamente, mulheres não tiveram o mesmo tipo de acesso à armas e, diante disso,

² Ecofeminista argentina.

tornaram-se responsáveis por tomar conta das tarefas domésticas e também daqueles que são mais vulneráveis, tais como crianças e idosos. Dessa forma, foi-se desenvolvendo características mais subjetivas — maior afeição e atenção aos outros, por exemplo — e quando elas são “complementadas com informação apropriada e uma abordagem crítica à discursos hegemônicos, emergem as condições para despertar seu interesse na defesa da natureza e outros seres vivos” (PULEO, 2017, p. 27).

Além disso, Puleo (2017) reitera que o ecofeminismo não implica necessariamente que mulheres são mais próximas da natureza (de forma inata) do que homens, porém, elas ainda são estatisticamente mais presentes em movimentos ambientalistas e em defesa dos animais. Em seguida, a autora relembra que comumente nos dias atuais o ambientalismo e feminismo ainda sobrevivem como dois movimentos sociais separados, entretanto, afirma que o ecofeminismo tem a teoria e prática necessárias para fundamentar o diálogo entre ambas as partes, uma vez que leva em conta as problemáticas ambientais do ponto de vista do patriarcado, androcentrismo, teorias do cuidado, sexismo e gênero. A vertente ecofeminista crítica explorada pela autora conta com um caráter anti essencialista sobre a diferença de gênero, contrapondo-se ao pensamento de autoras mais tradicionais (PULEO, 2017).

O ecofeminismo crítico de Alicia Puleo também se caracteriza — segundo a própria autora — por esclarecer bem os perigos sobre renunciar o legado da Modernidade. Anuncia que sua vertente não pode ser reduzida a um feminismo ambiental antropocêntrico, na qual seu único aspecto revolucionário seria a manutenção dos recursos naturais. Puleo (2017) acredita na necessidade de não perder o todo progresso já alcançado pelo movimento feminista quando se for pensar nas questões ambientais, visto que ressaltar a identidade da mulher justificando sua conexão com a natureza por conta de sua capacidade de ser *mãe* — tal como identificado em abordagens ecofeministas mais tradicionais — pode fazer com que a luta feminina retroceda, posto que em diversos âmbitos feministas a visão da mulher como sinônimo de maternidade já foi superado. Para esta autora, é fundamental a ligação do ecofeminismo com sustentabilidade, direitos humanos (especialmente de mulheres por serem frequentemente ignorados em diferentes culturas) e o tratamento dos animais. O lema para o ecofeminismo crítico se torna então “Liberdade, igualdade e sustentabilidade” (PULEO, 2017). Por fim, é retomado a importância da ecologia fazer-se parte dos movimentos feministas, na medida que as mulheres — principalmente pobres e camponesas dos países do “Sul” — são as principais afetadas por desastres climáticos e ambientais.

5.4 Mulheres e ecofeminismo: Uma abordagem voltada ao desenvolvimento sustentável por Rosângela Angelin e a relação Mulher-Natureza

O artigo publicado por Rosângela Angelin³ em 2017 teve como objetivo trazer uma

³ Autora brasileira.

análise das relações entre mulheres, ecofeminismo e desenvolvimento sustentável. Além disso, é destacado que a grande motivação para tal pesquisa é descobrir, por meio das concepções ecofeministas e da redistribuição de renda — o segundo sendo um ponto fundamental para a argumentação da autora — como se dá a ligação entre a exploração ambiental que oprime a natureza e a dominação patriarcal que oprime mulheres.

Começando sua argumentação, Angelin (2017) relembra que as mulheres têm uma maior proximidade com a natureza, como por exemplo os cuidados com a vida humana — fator também considerado em artigos anteriores — que necessitavam de um conhecimento mais aprofundado sobre alimentos, recursos e remédios naturais. Entretanto, é destacado que não se deve generalizar essa relação para que não haja a interpretação de que existem fatores essencialistas que conectam as mulheres intrinsecamente à natureza. Tal como exposto anteriormente, esse tipo de visão apenas prejudicaria causas já ultrapassadas pelo movimento feminista, vale ressaltar que identidades humanas são formuladas histórica e dialeticamente.

A primeira parte da análise consiste em tentar elucidar as possíveis respostas que expliquem a relação mulher-natureza e como tal foi utilizada para abarcar formas de dominação e exploração de ambas as partes (ANGELIN, 2017). A primeira das justificativas se dá pelo caráter histórico. Evidências arqueológicas relatam a presença de uma Deusa que representa a mãe natureza/terra. Além disso, também na antiguidade, o corpo feminino era considerado algo mágico, portador da vida, bem como capaz de sangrar dependendo de fases lunares e fornecer alimento para as proles que geravam. Dessa forma, confirma-se que parte dessa relação tem seu fundamento histórico muito bem datado e compreensível pelos âmbitos arqueológicos.

Outro fator construído socialmente está relacionado ao fato de que mulheres são capazes de gerir descendentes e, por conta disso, também são capazes de prover a alimentação para tais. Concomitantemente, o papel masculino se deu em conquistar o alimento protéico por meio da caça. Apesar disso, as atribuições femininas necessitavam de maior cuidado e inteligência do que primeiramente constatado. As mulheres precisavam manter foco em seu entorno para manter sua prole em segurança, assim como alimentá-los, entretê-los e ensiná-los a se posicionar e lidar com as problemáticas vividas naquele mundo (ANGELIN, 2017). Além disso, existe a hipótese de mulheres foram as primeiras a realizarem atividades relacionadas à agricultura, posto que lidavam frequentemente com sementes por meio da coleta dos alimentos. Não obstante, por meio de seu trabalho no cultivo de alimentos, mulheres também foram capazes de desenvolver habilidades de previsão meteorológica. Esses fatores auxiliam a desconstruir o ideal de que a mulher desde a antiguidade existia como um ser inferior ao homem.

Mais adiante na história, Angelin (2017) declara que o modelo de produção denominado capitalista ampliou — e pode-se considerar de forma drástica — as desigualdades de gênero, bem como as de raça. Foi-se fortalecendo a visão de que

mulheres estavam ligadas apenas ao seu papel biológico e privado, enquanto homens tornaram-se pessoas públicas e provedoras. A autora também relembra que as tarefas domésticas eram (e muitas vezes atualmente ainda são) levadas como algo obrigatório, feito por *amor* e, logo, realizado de forma gratuita e com prazer (ANGELIN, 2017). Sabe-se que esse ideal tem feito parte das discussões feministas há tempos, mas que continua — no momento atual — sendo relevante, pois a tomada de consciência dessa ocorrência é algo que desperta o inconformismo nas mulheres, a percepção de que algo não tem logicidade.

Em seguida, Angelin (2017) apresenta o argumento fundamental de Simone de Beauvoir: não se nasce mulher, torna-se mulher. A partir disso, dentro do movimento feminista, passam-se a diminuir pretextos que identifiquem a mulher pelo seu caráter biológico. Também vão em contramão aos ideais patriarcais, nos quais os fatores biológicos como engravidar, amamentar e menstruar ainda são considerados determinantes para as mulheres. Definem elas como parte da natureza e, por conta disso, atestam que devem seguir suas leis. À vista disso, é necessário tomar consciência histórica de que ao viver, está-se sujeito a sofrer as consequências da história. Deve-se desconstruir essas visões metafóricas e assumir a verdadeira condição identitária, a de ser humano (ANGELIN, 2017).

Posteriormente, após a teorização inicial a respeito de mulher-natureza, Angelin (2017) passa a discorrer a respeito do desenvolvimento sustentável. Em primeiro lugar, a autora aponta que apesar de o desenvolvimento tecnológico e industrial ter influência sobre o extermínio ambiental e mudanças climáticas, ele não é necessariamente o seu inimigo número um. A má utilização dos recursos tecnológicos, que causam impactos negativos à natureza, mulheres e outros seres, é que deve ser combatida e desconstruída (ANGELIN, 2017).

Angelin (2017) retoma, também, falas de Maria Mies e Vandana Shiva, na qual elas apontam a urgência de uma associação entre a ecologia e o feminismo. Isso é justificado pois ambas teorias buscam condições de vida mais igualitárias e respeitadas entre os seres humanos, não-humanos e a natureza. Além disso, a autora comenta sobre três vertentes ecofeministas: a clássica, a espiritualista de Terceiro Mundo e a construtivista. Uma vez que as duas primeiras levam em consideração um aspecto mais místico e religioso para amparar suas fundamentações, é possível notar que Angelin estabelece a construtivista como mais apropriada para a argumentação de seu artigo, apesar de notar que a espiritualidade sem dúvidas auxilia na aproximação de mulheres para o movimento feminista e ambiental.

Sequentemente, Angelin (2017) cita que apesar de que o sistema capitalista patriarcal seja tomado como uma entidade autônoma, ele ainda se reproduz e depende rigorosamente da exploração da natureza e seus recursos, bem como do trabalho das mulheres. Desta maneira, o ecofeminismo pode contribuir para revigorar e valorizar o meio ambiente e as mulheres. Outro problema causado pelo capitalismo — e possivelmente o mais relevante de acordo com Angelin — é a má redistribuição de renda. A autora afirma que todos os

tipos de desigualdades sociais advém deste fato, mesmo que diversos movimentos sociais foquem mais diretamente em outros fatores. Um exemplo apontado por Angelin (2017) é o de o movimento feminista levar mais em consideração as discordâncias de gênero ao invés da problemática de renda. Pode-se supor que a falta de atenção com esta polêmica venha de uma falta ou pouca educação relacionada às questões econômicas, como por exemplo o próprio marxismo. Também é possível teorizar que carência esteja conectada como uma manobra de grandes fontes de poder justamente para não existirem questionamentos sobre a questão da necessidade de redistribuição de renda.

Uma possibilidade de plano de ação citado por Angelin (2017) é o denominado *remédio*, termo proposto por Nancy Fraser. Estes seriam “voltados para um processo de reorganização das relações de trabalho e, também do acesso a participação democrática nas decisões do Estado.” (ANGELIN, 2017, p. 64). Deste modo, um remédio possível para uma mudança mais sustentável seria uma redistribuição de renda atrelada a valores como cuidado e solidariedade. Angelin (2017) finaliza com a hipótese de que a resolução das problemáticas ambientais e feministas devem ser tratadas de forma conjunta, visto que é necessário uma mudança radical no sistema organizacional da sociedade e todos estes fatores são indissociáveis e continuam a se auto influenciar entre si.

6 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

O ecofeminismo é uma vertente feminista cujas raízes datam da década de 70 e sua presença, na atualidade, é bem difundida nos meios acadêmicos, em especial na América Latina. Percebe-se, também, a continuidade de produções relacionando mulheres e a natureza, posto que mesmo sem citar o nome “ecofeminismo”, e ao pesquisar um período de cinco anos pôde-se elencar quarenta e oito artigos que tratam de vivências de mulheres camponesas e agricultoras com seus locais de moradia e trabalho no campo. Além disso, os trabalhos propriamente ecofeministas trazem relações com outras áreas de estudo, tais como a filosofia, subvertentes ecofeministas, educação e experiências empíricas. Ademais, relembra-se que uma das possíveis conexões com a educação ambiental é a pedagogia ecofeminista, na qual se busca um distanciamento das teorias tradicionais de educação, propondo uma transformação na relação professor-aluno, a estrutura física dos locais de estudo e também as próprias práticas de educação. Outrossim, reitera-se a aproximação entre o ecofeminismo e a Ecologia Política (EP), tais teorias se aproximam visto que essa vertente feminista contribui e concorda com a maior parte dos pressupostos da EP.

REFERÊNCIAS

ANGELIN Rosângela. **Mulheres e ecofeminismo**: Uma abordagem voltada ao desenvolvimento sustentável. Universidad en Diálogo: Revista de Extensión, v. 7, n.1, p. 51-68, 2017.

ANGELIN, Rosângela; SCHNORRENBURGER, Neusa. Ecofeminismo e mística religiosa nos movimentos de mulheres Camponesas no Brasil. In: **Anais do Congresso Latino-Americano de Gênero e Religião**. 2017. p. 612-626.

AYMORE, Débora. O ECOFEMINISMO E A RELAÇÃO ENTRE NATUREZA E MULHER. **Fênix-Revista De História E Estudos Culturais**, v. 17, n. 1, p. 175-192, 2020.

FLORES, Bárbara Nascimento; TREVIZAN, Salvador Dal Pozzo. Ecofeminismo e comunidade sustentável. **Revista Estudos Feministas**, v. 23, p. 11-34, 2015.

GANDHI, Anuradha. Ecofeminismo. In: GANDHI, A. **Sobre as correntes filosóficas dentro do movimento feminista**. 2. ed. Nova Cultura, 2018. p. 61-66.

GLAZEBROOK, Trish. **Ecofeminismo heideggeriano**. Ekstasis: Revista de Hermenêutica e Fenomenologia, [S.L.], v. 8, n. 2, p. 258-277, 9 abr. 2020. Universidade de Estado do Rio de Janeiro. <http://dx.doi.org/10.12957/ek.2019.49546>.

HARVESTER, Lara; BLENKINSOP, Sean; FRASER, Simon. **Environmental Education and Ecofeminist Pedagogy: bridging the environmental and the social**. Canadian Journal Of Environmental Education, Thunder Bay, v. 15, p. 120-134, 2010.

LEFF, Enrique. Political Ecology: a latin american perspective. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, [S.L.], v. 35, p. 29-64, 24 dez. 2015. Universidade Federal do Paraná. <http://dx.doi.org/10.5380/dma.v35i0.44381>.

PULEO, Alicia. What is ecofeminism?. **Quaderns de la Mediterrània**, v. 25, p. 27-34, 2017.

PULEO, Alicia. Perspectivas ecofeministas de la ciencia y el conocimiento La crítica al sesgo andro-antropocêntrico. **Daimon Revista Internacional De Filosofia**, p. 41-54, 2017.

REIGOTA, Marcos. **O que é educação ambiental**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 2012.

SILIPRANDI, Emma. Ecofeminismo: contribuições e limites para a abordagem de políticas ambientais. **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**, v. 1, n. 1, p. 61-71, 2000.

SCHINKE, Gert. Ecologia política. **Revista Encontros Teológicos**, v. 26, n. 1, 2011. SHIVA, Vandana; MIES, Maria. **Ecofeminism**. Zed Books Ltd., 2014.

TRIPP, David. Pesquisa-ação: uma introdução metodológica. **Educação e Pesquisa**, [S.L.], v. 31, n. 3, p. 443-466, dez. 2005. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s1517-97022005000300009>.

YAMASAKI, Mayumi. Novo Panorama Ambiental Global da ONU alerta: sobrevivência na Terra está ameaçada. **Jornal da USP**, São Paulo, 12 mar 2019. Disponível em: <https://jornal.usp.br/?p=229464>. Acesso em: 1 abr. 2020.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Adolescente 106, 114, 115, 123, 168

Alfabetização 58, 67, 68, 69, 70, 71, 74, 75, 82, 96, 112, 143, 223

Aprendizagem 29, 47, 48, 52, 53, 54, 55, 56, 64, 71, 72, 74, 75, 77, 82, 83, 85, 89, 91, 104, 106, 111, 112, 125, 128, 129, 134, 136, 138, 142, 143, 144, 149, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 160, 161, 162, 163, 164, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 174, 175, 176, 179, 180, 182, 183, 184, 186, 190, 195, 197, 199, 203, 204, 205, 207, 208, 211, 212, 213, 218

Avaliação educacional 142

C

Cidadania 111, 125, 126, 193, 206, 207

Colaborativa 47, 57, 59, 60, 61, 62, 64, 65, 66

Contradições 125, 130, 192, 193

Coronavirus 11, 115, 117, 124, 184

Corpo 9, 10, 11, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 31, 73, 74, 77, 80, 116, 121, 122, 162, 163, 169, 180, 195, 196

D

Desigualdades de gênero 1, 31

Direito 10, 71, 120, 132, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 206

Discalculia 142, 143, 144, 147

Dislexia 142, 143, 144, 147, 148, 149

Diversidade 37, 71, 73, 112, 192, 193

Docência 1, 2, 4, 5, 6, 7, 49, 90, 91, 151, 187, 188, 203, 204, 223

Docente 1, 4, 6, 7, 8, 49, 51, 52, 56, 57, 59, 64, 65, 66, 72, 85, 87, 101, 125, 132, 134, 136, 137, 138, 139, 140, 151, 153, 154, 157, 162, 164, 165, 166, 168, 169, 170, 172, 173, 174, 176, 186, 187, 191, 193, 199, 221, 223

E

Ecofeminismo 22, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34

Ecologia política 22, 25, 27, 33, 34

Educação 1, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 13, 20, 21, 22, 25, 26, 27, 28, 29, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 44, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 55, 56, 58, 60, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 85, 86, 91, 92, 93, 95, 96, 97, 105, 106, 111, 112, 113, 117, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 137, 138, 140, 141, 151, 153, 154, 155, 156, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 170, 171, 172, 175, 176, 177, 179, 180, 181,

182, 183, 184, 186, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 199, 201, 202, 203, 204, 205, 206, 207, 209, 210, 212, 219, 220, 221, 222, 223

Educação ambiental 9, 22, 25, 26, 27, 28, 29, 33, 34

Educação básica 5, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 55, 56, 58, 68, 71, 81, 125, 135, 141, 209, 210, 220, 223

Educação escolar indígena 194, 195

Educação feminina 35, 37, 44

EJA 67, 68, 69, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 82

Ensino 8, 46, 49, 50, 51, 56, 60, 66, 95, 97, 106, 132, 133, 141, 144, 151, 166, 167, 170, 171, 178, 179, 180, 185, 191, 203, 204, 213, 220, 221, 223

Ensino-aprendizagem 29, 47, 53, 55, 56, 71, 104, 112, 128, 134, 136, 138, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 166, 167, 168, 170, 171, 172, 174, 175, 180, 186, 190, 197, 205

Ensino de Matemática 203, 210, 211

Ensino fundamental 49, 50, 51, 55, 57, 60, 61, 71, 82, 135, 141, 151, 153, 166, 176, 185, 187, 190, 203, 204, 213, 220, 221

Ensino médio 49, 51, 82, 132, 133, 134, 135, 136, 138, 140, 141

Ensino remoto 79, 87, 122, 178, 179, 180, 181, 184, 185, 186, 187, 190, 191

Equações 203, 204, 208, 209, 210, 212, 213, 215, 217, 219, 220

Escolarização 71, 106, 111, 112, 184, 194

Estado da arte 22, 25

F

Formação de professores 52, 65, 66, 75, 77, 96, 141, 178, 181, 182, 183, 194, 196, 201, 223

Formação docente 4, 51, 56, 57, 66, 221

Formação técnica e profissionalizante 132, 134, 140

Foucault 9, 10, 13, 14, 15, 18, 19, 20, 21

G

Gamificação 186, 187, 190, 191

H

Hipertexto 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 95, 96

Histórias em quadrinhos 106, 107, 112

I

Identidade feminina 1

Inequações 203, 204, 205, 208, 209, 210, 211, 212, 213, 214, 215, 216, 217, 219, 220

Instagram 9, 10, 11, 13, 14, 16, 17, 18, 19, 20, 121

L

Leitura 40, 43, 53, 58, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 82, 83, 84, 88, 96, 104, 106, 107, 110, 111, 117, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 152, 169, 174, 189, 195

Ludicidade 151, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 161, 165, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 176, 223

M

Magistério feminino 1

Maurício de Sousa 106, 107, 108

Metodologia 48, 49, 52, 53, 54, 56, 59, 67, 69, 76, 96, 186, 187, 205, 212

Metodologias ativas 46, 47, 48, 52, 53, 54, 55, 56

Museu da Baronesa 97, 105

Museus 97, 103, 221

O

Orientações epistemológicas 194, 199, 200

P

Pandemia 9, 11, 12, 13, 14, 18, 19, 20, 48, 79, 81, 87, 91, 94, 95, 114, 115, 116, 117, 118, 120, 121, 122, 123, 124, 178, 179, 180, 181, 182, 183, 184, 185, 186, 191, 192

Paulo Freire 67, 68, 70, 74, 75, 76, 78, 131

Pedagogias culturais 9, 11, 20

Perspectivas negras 106, 110, 111

Pesquisa diagnóstica 57, 59, 60, 61, 63

Planejamento 77, 79, 85, 86, 87, 88, 90, 125, 126, 127, 128, 129, 131, 177, 190, 205, 206, 207, 222

R

Reconhecimento 1, 3, 6, 28, 60, 68, 71, 74, 76, 104, 145, 156, 161, 172, 174, 192, 193, 197

Reflexo social 35

T

TDIC 79, 80, 83

Tecnologias 9, 20, 46, 47, 48, 51, 56, 68, 79, 80, 85, 86, 87, 91, 93, 94, 95, 96, 121, 178, 179, 181, 191, 192

Transgressão feminina 1

EDUCAÇÃO

ENQUANTO FENÔMENO SOCIAL:

Currículo, políticas e práticas 3



www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

EDUCAÇÃO

ENQUANTO FENÔMENO SOCIAL:

Currículo, políticas e práticas 3



www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

@atenaeditora 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 